

A resposta aos incrédulos

Por AGOSTINHO PIZARRO

Quantas vezes em conversa com amigos, estes — nem todos — têm-me dado a perceber que — embora fervorosos entusiastas do movimento revolucionário do 25 de Abril — o ex-ditador Marcelo Caetano não seria tão culpado como a maioria da gente supõe...

Perante tal facto, obrigavam-me a meditar profundamente; e tiradas as minhas conclusões, sentia-me firme na minha convicção. E esta é que para todos nós, portugueses, o ditador ao elogiar agora a PIDE | DGS, torna-se mais responsável pelos crimes hediondos praticados com o seu conhecimento, «a bem da Nação»...

Pois não faltou até, quem me garantisse, que o deposto primeiro-ministro não era mau; e se não fazia mais para o engrandecimento da nossa Pátria era porque já tinha herdado do Governo de Salazar um Portugal enfermo, intoxicado; ou que então os seus colaboradores fascistas desviavam-no das suas boas intenções, que ele era bom de mais, etc., etc.

Mas, afinal, a acreditar nas notícias postas a circular pela agência noticiosa Reuter, pela pena do seu correspondente na

cidade do Rio de Janeiro, Michel Arkus, o ex-primeiro ministro até no livro das suas memórias, no qual procura defender-se perante a opinião pública brasileira — ao mesmo tempo que vai assim ganhando uns milhões de cruzeiros — tem a desfaçatez de dizer «que em Portugal nunca ninguém

Conclui na página 2

A posição do Rotário Clube de Guimarães no caso do PARQUE INDUSTRIAL

O «Diário de Braga», de «O Primeiro de Janeiro», de 29 de Agosto findo, publicou o relato da reunião semanal do Rotário Clube daquela cidade, do qual respigamos o que segue, sem quaisquer comentários.

O leitor fará os que entender: «O Sr. Armando Gomes Alves,

O Eméritaio DE GUIMARÃES

Redacção e Administração
Rua D. João I, 59 — Tel. 42508

Director
SOUSA MACHADO

SEMÁRIO REGIONALISTA
— Publicação aos sábados —

Ao correr da pena...

Uma solidariedade nobre

A solidariedade e a compreensão da imprensa da vizinha Famalicão, é extraordinariamente meritória no caso do 1.º Parque Industrial de que Guimarães foi espoliado.

Qualquer destes dois concelhos está industrializado por iniciativa e esforço próprio, graças ao trabalho fecundo das suas populações, dedicadas ao trabalho fabril. O Parque Industrial viria tornar mais diversificativas as actividades preponderantes e evitar, portanto, as consequências a que isso dá origem.

A indústria das duas terras falta-lhe o fabrico de acessórios, como igualmente lhe faltam indústrias complementares. Afirmava um industrial de calçado numa entrevista a um jornal de Lisboa que esta actividade, que nesta cidade tem a maior unidade fabril do País, de que tudo tinham de importar para exportar o calçado, pois só havia em Portugal, a mão-de-obra! Assim e deste modo, a industrialização, que é necessário criar para que a Nação se iguale a qualquer país europeu, não pode ser conseguida.

As indústrias vimaranenses têm de evoluir e transformarem-se em grandes unidades, assim como implantar outras correlativas, de maneira a possuírem a maior independência possível de importar o que precisam, como se refere esse industrial de calçado.

Ora, era isto que o Parque Industrial vinha oferecer às actividades locais de Guimarães e Famalicão, ao ser criado em Brito a meio caminho das duas localidades e servido por a mão-de-obra

CONCLUI NA PÁGINA 3

Localização do Parque Industrial

—Dúvidas que é urgente esclarecer

A localização do Parque-Industrial destinado à zona de Braga-Guimarães continua a suscitar forte controvérsia. E é bom que assim suceda, porque o aduzir de argumentos de um e outro lado pode servir, naturalmente, para classificar uma situação que tem muito de confusa.

Sabe-se agora, por exemplo através de declarações públicas feitas na capital do distrito, que a escolha de Celeirós para a instalação desse Parque causou surpresa, mesmo em Braga.

Compreende-se que assim seja e louva-se a honestidade da confissão. E' que nunca esteve sequer prevista uma solução desse tipo, e daí, inevitavelmente, ela ter sido entendida, pelo cidadão comum bracarense, como verdadeira benesse «caída do Céu».

Mas ninguém acreditará, como é óbvio, que tal surpresa tenha sido total. Certamente que em alguns sectores de Braga se conheceu, a seu tempo essa «viragem» do processo. Pelo menos nos sectores onde se terá transaccionado ou preparado a tran-

sacção do terreno destinado ao empreendimento.

Trata-se de um pormenor importante, este do negócio dos terrenos de Celeirós destinados ao tal Parque. Quem o fez e em que termos? Conviria que o assunto fosse esclarecido. E, se se admitte a evasão é porque exemplos passados nos garantem que em tempos idos, mas bem recentes, se fizeram algumas fortunas a coberto de situações

Conclui na página 2

do Clube de Guimarães, ocupou-se depois, largamente, da instalação, na freguesia de Celeirós, do Parque Industrial - Piloto, lamentando que se houvessem criado, injustificadamente, atrições na sua terra, que feriram a sensibilidade dos bracarenses, a que muitas e destacadas personalidades vimaranenses não davam nem podiam dar o seu apoio.

Entre os dois clubes Rotários vizinhos estabeleceu-se, desde a sua fundação, a mais estreita e fraterna amizade, que os recentes acontecimentos agressivos por parte de certos sectores de Guimarães de modo algum punham em cheque, pois cada cidade tem o direito de defender os seus direitos, mas não deve ignorar ou menosprezar os alheios.

Guimarães — declarou — sempre fora esquecida ou abandonada pelo regime deposto, farto em promessas e escasso em realizações, e assim se compreendia o clima de desconfiança, de descontentamento e até de revolta que se agravava e, por isso, quando se sentiu preterida mais uma vez, reagiu e manifestou-se, embora, como reconhecia, com excessiva violência e cega paixão baírrista.

Os Srs. Rocha Peixoto, coronel António Marcelino, Fernando Marques e José Alberto Marques de Oliveira falaram a seguir sobre o mesmo tema, lamentando o que se houvera feito, afirmado e es-

Conclui na página 3

Casamento, Divórcio e Concordata

Em artigo anterior, com o título Divórcio: Sim ou não?, procurámos esclarecer que a eventual concessão do divórcio civil, por lei do Estado, de modo nenhum afecta a realidade profunda do casamento como união abençoada por Deus para sempre. Se o Estado conceder aquele divórcio, é apenas para regular civilmente certos aspectos, consequentes da separação de facto dos cônjuges e do desejo de ambos ou um deles de contrair nova união com outra pessoa. Mesmo que se reconheça a indissolubilidade do matrimónio, pode-se defender que, em tal caso, se justifica a intervenção do Estado para

garantir a plena reintegração social de pais e filhos. Nem os casados que tentam uma nova união querem o qualificativo social de simples «concubinos», nem os filhos nascidos desta nova união devem ser privados dos direitos sociais próprios dos filhos legítimos.

Com este modo de proceder, pretende-se, afinal, acautelar, no plano civil, certos direitos sociais das pessoas (pais e filhos), evitando a sua irremediável marginalização, embora não se deva esquecer que também é necessário atender aos direitos do primitivo cônjuge

Conclui na página 2

Reparos da Semana

Forte personalidade moral

O reverendo Dr. Abel Varzim, foi um grande português e um sacerdote extraordinário. Lutou estoicamente pelos trabalhadores, pelos que sofriam injustiças, pelos camponeses esquecidos, pelos que não viam os seus direitos respeitados.

Ainda que os seus adversários pensassem que Abel Varzim recolheu à sua terra de Cris-telo, vencido, enganaram-se. Quando se retirou numa luta onde se batia de peito aberto contra adversários poderosos, que tudo podiam, ainda que sem os argumentos válidos da razão (que esta estava com o eminente sociólogo e sacerdote), fê-lo como o grande vencedor aos olhos de todos os portugueses rectos e justos.

A sua vida foi um nobre exemplo de grandeza moral, de estoicismo, de patriotismo puro. Foi

uma vida de sacerdócio apaixonado e vibrante, como Cristo ensinou e quer.

Escreveu ele numa carta :

«O que falta em Lisboa são precisamente sacerdotes que saibam compreender a alma operária e o Evangelho do Senhor».

Ainda hoje, por Lisboa e em toda a parte (por mal nosso e da Igreja), faltam os sacerdotes que sintam o Evangelho do Senhor.

Essa falta é tão grande e tão notória, que aos cristãos convictos os envolve uma natural apreensão, receios opressivos, uma tristeza natural e compreensível.

Faltam os bons exemplos capazes de conquistarem, de dominarem, de atraírem as almas ao amor de Deus.

— Conclui na página 2

Colaboremos com o Governo Provisório na construção dum Portugal novo — no trabalho, na paz e na justiça social.

Reparos da Semana Casamento, Divórcio e Concordata

A resposta aos incrédulos

(Conclusão da 1.ª pág.)

Um facto que tudo explica

Houve uma época da Igreja, em Portugal, que foi de uma lamentável sujeição. Todos nós o sentimos, toda a gente o compreendeu. Uma Igreja comprometida da qual se dizia, com razão, que ela «também mandava nisto»...

O reverendo Júlio Vaz, ao fazer o panegírico de Abel Varzim, revelou:

«Colega leal, amigo sincero, conversámos algumas vezes. Do que então lhe ouvi, e foi muito, não devo falar já.

Recordo-me, porém, de que um dia subiu as escadas de uma Casa Episcopal, para apresentar saudações a um jovem bispo, e fê-lo nestes termos: «Eu e o Manuel Rocha, porque vivemos o Evangelho, eu estou aqui na aldeia a cuidar de galinhas, o Manuel Rocha teve de sair do país, e V. Ex.ª, foi a Bispo...».

Este facto explica, certamente, uma época da Igreja em Portugal e explica, também, porque só agora a memória de Abel Varzim é homenageada».

O leitor tira as ilações que o facto oferece e, com elas, a ideia de como é fácil ou difícil atingir certas alturas. De como é ou de como foi...

Uma carta

O reverendo Dr. Abel Varzim, que nos deu a honra da sua amizade franca e preciosa, foi um combatente audaz dos direitos dos trabalhadores. Esteve sempre na primeira linha, quer como sacerdote, quer como jornalista e deputado à Assembleia Nacional. Nunca transigiu nem se vergou. Nunca foi subserviente. Se o houvesse sido, não teria sofrido perseguições nem era abandonado de todos, até da sua hierarquia e de alguns colegas de características farsaiscas, hereges...

O ditador que durante 48 anos oprimiu o povo português («aprendiz de padre», seminarista de «manhas recalçadas», como se lhe referiu o Bispo do Porto, em entrevista recente ao «Jornal de Notícias»), mau como era, vingativo como foi, não perdoou ao Dr. Abel Varzim, nunca lhe perdoou a sua independência crítica, a grandeza da sua honestidade cívica e a pugna desinteressada e apaixonada em prol dos trabalhadores sacrificados, vítimas dum capitalismo brutal, egoísta e desumano, que ainda existe.

Várias cartas subscreveu o corajoso sacerdote dirigidas a Salazar, apontando-lhe factos concretos e indelmentáveis, injustiças gritantes que, afinal, nunca comoveram o dono desta «quinta», onde uma minoria de vorazes tubarões colhia rendimentos fabulosos. O capitalismo mandava, oprimia, esmagava — e hoje se vê como o país ficou. O maior atraso da Europa, em tudo!

Duma das cartas em referência, extraímos estas passagens:

«A carta que junto envio à apreciação de V. Ex.ª vem de um dos meus mais leais e bons

colaboradores. Conheço o caso desta Fábrica.

Nunca lá se pagaram salários mínimos. Tenho mandado para o I. N. T. P. muitas dezenas de talões de férias a prová-lo. Insultam-se os operários e as operárias. Exercem-se perseguições sobre eles. Tudo ali treme sob o calcanhar infame desses senhores.

Entretanto, cada um dos directores ganha 12 contos por mês e tem no fim do ano, uma gratificação de 150 contos. Ainda o ano passado (creio que foi o ano passado) puseram nas contas 14 mil contos para a compra de maquinismos de que não precisavam. Como esses 14 mil contos foram abatidos aos lucros líquidos, as acções deram pouco dividendo e baixaram de cotação.

A manobra aproveitou aos directores que compraram as acções que puderam, tendo já, segundo me consta, a grande maioria delas. Pois Senhor Presidente, os operários desta fábrica passam fome em grande número e nem sequer podem defender-se nem por intermédio do Sindicato, senão são logo despedidos como aconteceu agora ao próprio presidente do Sindicato, um dos melhores elementos do Norte».

O «panorama» era este. Mas o ditador não atendeu. O capitalismo feroz e insaciável continuou a explorar o povo sem liberdade e sem pão, que sofria e habitava bairros de lata, na miséria e na promiscuidade. Ai está à vista o nosso atraso na Europa. A obra do fascismo!...

A Procissão dos Passos é de todos os dias, não tem andores nem anjinhos

Abel Varzim deixou-nos páginas brilhantíssimas na sua luta, nos seus ensinamentos, na sua dialéctica de «verdade social», na sua pregação de doutrina humana:

«Os Apóstolos viram Cristo e a sua Glória: *et vidimus gloriam et iug* (João 1,14). Os cristãos modernos e os apóstolos do nosso tempo também O podem ver. Mas no opróbio, na humilhação, na agonia. Não se mostra doutra maneira. Nem opera outros milagres senão o de se disfarçar, permanentemente, de homem derrotado, humilhado e sofredor, e de passar assim, de cruz às costas, ombro a ombro, a nosso lado.

Não basta, por isso, vestir opas negras, empunhar lanternas ou pegar às varas dos pálios. A Procissão dos Passos é de todos os dias, mas não tem andores, nem música, nem anjinhos. Tem dores, angústias, desesperos, lamentos, lágrimas e chagas. São os ódios de raças, as lutas fratricidas, os colonialismos e os anti-colonialismos, os campos de concentração, a opressão das consciências, as limitações da personalidade, da liberdade e da consciência humanas, a fome, o desemprego, os bairros de lata, os acidentes de trabalho ou de estrada, as prepotências e os desmandos do

(Conclusão da 1.ª pág.)

e dos filhos do primeiro matrimónio. Como se vê, qualquer «solução» para os casamentos «falhados» terá sempre os seus riscos, por poder fazer vítimas inocentes...

Mas o certo é que quase todos os países modernos adoptaram legislação divorcista, pelo menos em relação aos chamados «casamentos civis». O último país a fazê-lo foi a Itália, em lei aprovada no Parlamento há três anos e meio (1-12-70) e confirmada no referendo popular de 12 de Maio passado. Note-se que, ao contrário do que foi insinuado entre nós pelos meios de informação, esta lei refere-se apenas ao casamento civil, não se aplicando ao casamento católico, por respeito para com a Concordata estabelecida entre a Itália e a Santa Sé, em 1929.

No tocante ao casamento, a Concordata da Itália com a Santa Sé é semelhante à que foi assinada pelo governo português, em 1940. Por força do artigo 24.º da nossa Concordata (cuja doutrina foi posteriormente inserida no artigo 1790.º do Código Civil), o Estado português aceita que os casados catolicamente renunciem à faculdade de requerer o divórcio, o qual por isso não pode ser aplicado pelos tribunais civis aos casamentos católicos.

Que dizer desta determinação? Tendo em conta a doutrina que expusemos anteriormente, afirmamos não parecer conveniente que o Estado se considere representante dos casados catolicamente, para em nome deles assumir um compromisso tão grave, em matéria de consciência e de índole religiosa, com um governo confessional, como na Idade Média. Mas, hoje, em ambiente de secularização político-social e em situação de pluralismo ideológico, já não se aceita facilmente.

Com isto não se põe em questão a doutrina católica sobre o matrimónio, nos seus aspectos essenciais. O casamento católico sempre foi e sempre há-de ser indissolúvel. Pela sua natureza especial, ele está ligado a um sacramento, de que só a Igreja é juiz. Com Concordata ou sem Concordata, assim será sempre para todos os que são fiéis à doutrina de Cristo e querem viver no seio da Igreja.

capital, as revoltas surdas ou abertas do trabalho, a exploração de menores, a escravatura da mulher, o tráfico das brancas, os compadrios, as injustiças, os egoísmos, os roubos, os assassinatos, as vinganças, a difamação, a soledade dos corações, as lentas agonias. Tudo isto flagela, dilacera, crucifica o Corpo de Cristo, como nunca talvez na História da Humanidade».

Que a memória deste grande português e grande sacerdote — «sinal de contradição» para os fariseus — seja sempre um paradigma, para um Portugal melhor e mais justo.

Mas, porque se trata de uma exigência da fé cristã e católica, não pertence propriamente ao Estado exigir ou garantir a sua observância, por parte dos cidadãos católicos. A lei cristã está escrita no coração dos fiéis, não nos códigos civis. A sua salvaguarda depende directamente da consciência individual, sob a orientação do magistério pastoral da Igreja e não por pressão do poder estatal.

Independentemente do juízo a fazer sobre a existência de Concordatas entre a Igreja e os Estados, pensamos ser legítimo estudar a revisão deste ponto da nossa Concordata. Será uma maneira de evitar a impressão de ingerência do religioso no civil e vice-versa, a propósito de uma questão que é mais de ordem religiosa do que civil, e que, por isso mesmo, deve ser resolvida no âmbito da consciência de cada interessado e sob a sua responsabilidade pessoal. A autoridade civil não tem que perguntar a um cidadão se ele é religioso, para saber se lhe pode aplicar a lei geral do Estado.

Conclusão prática do exposto é a necessidade de formar bem a consciência de todos aqueles que optam pelo casamento na Igreja, atendendo mais à qualidade do que à quantidade dos casamentos católicos.

João A. de Sousa.

«Jornal do Barreiro».

foi preso pelas suas ideias políticas» l...

Perante tal afirmação não pude deixar de sorrir com ironia, ao ter conhecimento que Marcelo Caetano — saudosamente — elogiou a sua por ele próprio crismada de P. I. D. E. para a D. G. S. em que diz — mas desta vez com verdade — que aquela extinta polícia lutou com eficiência e entusiasmo contra a subversão tanto na Metrópole como no Ultramar...

Para aqueles que ainda sintam alguma compaixão por este homem, não se sentirão agora, definitivamente, convencidos que o «padrinho» da D. G. S. também consentiu em campos de concentração e na tortura de um povo, que foi sempre humilde e amante da liberdade?

Na luta oculta e constante entre os ditadores e os conspiradores que saíram vitoriosos, muito sangue generoso lusitano se verteu; porque o poder de que dispunha essa famigerada D. G. S. para se defender, foi excessivo e monstruoso.

Confirma-se que o regime de posto, como que se estivéssemos ainda em plena idade-média, estava agarrado fortemente ao seu «património», em que o povo português, que foi sempre o seu escravo, via tristemente a praticar-se o colonialismo no Ultramar, onde milhares de moços, na flôr da vida, ali foram encontrar a morte.

E disse o ditador que jámais pactuava com guerrilheiros e que preferia a derrota...

...Dizia isto, porque não era ele que andava lá...

Guimarães, 30-8-1974.

Localização do Parque Industrial

— Dúvidas que é urgente esclarecer

— Conclusão da 1.ª página

de preponderância política, situações talvez ainda prevalecentes quando se encaminhou a solução-Celeirós. E' de recordar o que se passou em Esposende, com um ex-ministro...

Convém esclarecer. E, se nada há a ser escondido, então que a verdade não demore. Se demorar, estaremos autorizados a pensar que alguém tem medo dela.

Mais. E' importante que se conheçam outros pormenores relacionados com o anunciado Parque de Celeirós. Diz-se que este está já saturado por indústrias nacionais e estrangeiras, com a

banca e grupos financeiros nelas integrados.

Mas, então, quem conhecia a viabilidade do empreendimento antes de este ser anunciado oficialmente? E porque se negou à indústria da região a possibilidade de o utilizar, dando-lhe apenas conhecimento do Parque de Celeirós quando este já estaria inteiramente ocupado?

Há, em todo este imbróglio, muita coisa confusa, com sinais de compadrio bem típicos dos processos de antes do «25 de Abril».

Será que num sistema democrático se tem de entender como legítima a defesa de uma decisão tão suspeita?

Guimarães pretende, com toda a razão, ver tudo isto esclarecido. E será «bairrismo doentio» uma tão necessária procura da verdade? Bairrismo doentio, e muito doentio, será querer fechar os olhos às dúvidas que inevitavelmente se esquecem em redor de uma decisão que não vimos ainda justificada por argumentos convincentes.

Quem tem medo de classificar a insólita situação, que até em Braga causou surpresa?

Guimarães não é certamente...

(De «O Comércio do Porto», de 24-8-74.)

N. da R. — Como se sabe, um segundo Parque Industrial está previsto para a zona Brito-Taipas. Quando será?...

Exames 2.ª época

Encontra-se afixado na Escola Preparatória do Prof. João de Meira o calendário referente a exames de 2.ª época.

O prazo para inscrição dos alunos, decorre de 2 a 10 do mês corrente.

Peregrinação

à PENHA

Realiza-se, amanhã, a tradicional peregrinação ao Santuário da Penha.

Aos actos litúrgicos deve presidir o Senhor Arcebispo Primaz.

X.

AO CORRER DA PENA ...

— Conclusão da página 1

especialmente fabril existente entre as massas operárias das duas terras.

A ideia da criação desse Parque no sítio indicado, suscitou interesse e sabíamos já de quem tencionava lá instalar uma fábrica de novos produtos. Outros havia que esperavam a urbanização do terreno prevista, para transferir (caso fôsse permitido...) algumas instalações fabris.

O gesto simpático da Imprensa famalicense, demonstra inequivocamente as razões que Guimarães possui de protestar, de se revoltar, pela injustiça contra si praticada.

Dizer-se que em Brito poderá vir a ser criado outro Parque Industrial, como consolação, segundo é de prever, parece-nos duvidoso. Na austeridade em que se vive e se incita a viver, fazer dois parques industriais com 20 quilómetros de distância entre eles—para o primeiro dos quais foi aprovada a verba de 35 mil contos como presumível custo—não será isto igualar-se ao Plano de Rega do Alentejo, em que agora por virtude de haver liberdade, se afirma o desperdício de gastos com barragens inúteis para os fins a que se destinavam e se construíram só para agradar a este ou aquele grã-senhor?

Os parques industriais como as barragens para rega, têm de ser localizados em pontos úteis, ou perdem a acção a que se destinam.

A nova lei eleitoral

Pedia o Prof. Magalhães Godinho, numa das entrevistas na R. T. P. sobre a próxima lei eleitoral em elaboração, que os portugueses se manifestassem sobre ela e sugerissem ideias.

Ao lermos num jornal que um partido político propunha o voto aos 21 anos, voto obrigatório e a eleição individual por círculos de aproximadamente 60.000 habitantes, estamos de acordo quanto às segunda e terceira propostas; quanto à primeira, o direito a voto deveria diminuir para a idade dos 18 anos.

Uma coisa nos preocupa para a execução e integridade do voto obrigatório:

—Não seria possível inscrever nos cadernos eleitorais, todos os eleitores, recrutados por um sistema idêntico do serviço militar? Cada eleitor possuiria o seu bilhete de identidade de sufrágio e a falta ao acto eleitoral daria motivo ao pagamento de uma multa. Será isto possível? Que o afirmem os entendidos.

O aumento do preço do pão e a agricultura

E' sempre dolorosa a subida daquilo que toda a gente consome como principal alimento. A alta de carestia da vida é um tormento para aqueles que dispõem de poucos meios para lhe fazer face. Isto é uma verdade que tem de ser compreendida e estimada.

Mas uma coisa há que exige solução e tem de ser encarada decididamente: o estado de ruína que 48 anos de ditadura levaram a agricultura ao último ponto, de desagregação económica.

O Estado actual recebeu como herança uma situação catastrófica. Os subsídios que dispensava para que o pão e outros alimentos se mantivessem a baixo preço atingem o enorme quantitativo de **10 milhões de contos por ano**. Tudo se precisava de importar: milho 67 º do consumo; arroz 29 º; centeio, 66 º; carne de bovino, 28 º; açúcar, 50 º; trigo rijo 82 º; trigo mole, 41 º, etc.

E vendia-se ao público a tonelada de trigo mole e rijo por 3.817\$10 quando custava 4.675\$30! O milho vendia-se a 2.150\$00 quando custava 3.588\$50! Enquanto se enfrentava este descalabro, o País tinha cada vez mais terrenos incultos que deram pão e os camponeses fugiram da terra levados pela emigração!

E' isto o resultado de quase meio século da mais nefasta política que houve em Portugal!

Em tempos normais uma ração de milho (20 litros) pagava o salário de um trabalhador.

Este ganha hoje 160\$00. Com mais 75 % de percentagem (!) para o mestre perfaz 280\$00 !...

Pois uma ração de milho ainda há cerca de mês e meio ofereciam por ela (15 quilos), 32\$00 e pelo novo aumento ficará a ser paga por 55\$50...

Como se pode pagar um salário com 20 litros de milho?

Digam-nos por favor como se pode fazer isso? A ruína da agricultura reside nisto... Qual o remédio a aplicar?

A. F.

Revista Segurança

Está em distribuição o n.º 38 da Revista «Segurança», editada pelo Centro de Prevenção e Segurança, que inclui uma reportagem sobre o Colóquio «Segurança nos Prédios em Altura» organizado pelo Centro, em Lisboa, nos dias 1 e 2 de Abril último. Este número da Revista «Se-

gurança» inclui ainda os seguintes artigos: «Prevenção na Soldadura», «Acidentes em escadas mecânicas», «Acidentes Infantis» e «Os Riscos Profissionais e a sua Prevenção nos Laboratórios de Química».

«O COMÉRCIO DE GUIMARAES»

está à venda no

QUIOSQUE BASTOS

A posição do Rotário Clube de Guimarães no caso do Parque Industrial

Conclusão da página 1

critico e agradecendo as leais, espontâneas e nobilitantes explicações do seu companheiro vimezanense, que assim dera uma verdadeira lição de entendimento rotário.

A propósito, foi salientado quando Braga perdeu também com o regime derrubado indicando-se as unidades militares suprimidas, as indústrias de chapelaria e de calçado reduzidas à ruína e a falência a que obrigatoriamente se conduziu, por motivos políticos, o Banco do Minho.

O presidente ofereceu depois a flâmula do clube ao representante do Clube de Nova Iguaçu Leste e, antes de encerrar a animada reunião, pôs em realce a atitude do Sr. Armando Gomes Alves, que a todos muito penhorara pela sua elegância e pela sua justiça, concluindo com expressões de plena confiança na acção renovadora do Governo Provisório.

Venda ambulante disciplinada por decreto-lei

As câmaras municipais foi cometido grande poder disciplinador das condições de venda ambulante, segundo dispõe um decreto-lei publicado no «Diário do Governo», de sábado passado. Mas, para além do poder disciplinador das câmaras, o decreto-lei contém disposições genericamente aplicáveis e que vão obrigar a mudar a venda ambulante que nos últimos tempos assolou as cidades mais populosas.

Entre essas disposições vinculatórias contam-se: cada vendedor não poderá utilizar um tabuleiro com dimensões superiores a um metro por um metro e vinte; os produtos expostos não poderão estar a uma distância do solo inferior a O centímetros e os tabuleiros deverão conter bem visíveis o nome e a morada do vendedor.

É proibido impedir ou dificultar o trânsito nas ruas ou a circulação de pessoas nos passeios; impedir ou dificultar o acesso aos transportes públicos; obstruir paragens destes, lançar desperdícios e lixo no chão susceptíveis de conspurcar a via pública.

É, ainda, obrigatória a afixação, por forma bem visível, de tabuletas, letreiros ou etiquetas indicando os preços.

As câmaras municipais compete regulamentar esta matéria no prazo de 30 dias, dispondo, nomeadamente, sobre locais, horas e dias onde a venda ambulante seja permitida, estabelecimento de zonas de vendas para certos produtos e autorização da venda ambulante em veículos automóveis.

Farmácias de Serviço

Hoje = D. MACHADO
Amanhã = » »
2.ª Feira = HORUS
3.ª Feira = HENRIQUE
4.ª Feira = PEREIRA
5.ª Feira = BARBOSA
6.ª Feira = NOBEL

António Martins Ribeiro da Silva Agradecimento e Missa do 30.º dia

A Família do saudoso extinto exprime o seu profundo reconhecimento a todas as pessoas, Instituições e Colectividades que se incorporaram no funeral e assistiram à missa do 7.º dia, bem como às que lhe apresentaram condolências.

Comunica que a missa do 30.º dia será celebrada no próximo dia 14, pelas 19 horas, na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, (Colegiada), agradecendo, desde já, a presença ao piedoso acto.

Guimarães, 6 de Setembro de 1974.

A FAMÍLIA.

Atenção Surdos de Guimarães

Voltar a ouvir é voltar a viver

A CASA SONOTONE



estará convosco ao vosso serviço e inteiramente ao vosso dispor na

Farmácia Hórus

LARGO DO TOURAL, N.º 26 GUIMARAES

No próximo dia 9 de Setembro, das 15,30 às 19 horas, onde vos apresentará a mais moderna e completa gama de aparelhagem auditiva para adaptação racional a cada caso individual: Óculos auditivos—Modelos retroauriculares—Modelos Pérola IV e Miracle VI (usados dentro do ouvido sem fios nem tubos) e os sensacionais modelos populares.

A CASA SONOTONE faculta-vos gratuitamente sem compromisso exames audiométricos e experiências práticas.

Visitem-nos na FARMÁCIA HÓRUS, no dia 9, das 15,30 às 19 h.

CASA SONOTONE

Praça da Batalha, 92-1.º — PORTO

Poço do Borratém, 33 s|1 — LISBOA

Falecimento

António Francisco Ribeiro

Na sua residência do lugar da Quinta, desta cidade, faleceu no dia 31 do mês findo, o sr. António Francisco Ribeiro, de 56 anos de idade, que foi importante industrial e proprietário.

O saudoso extinto, que gozou de muita estima pelas suas excelentes qualidades morais e de trabalho, era casado com a senhora D. Maria das Dores da Costa Matos e pai dos srs. Fernando, José Manuel e António Lino da Costa Matos Ribeiro, das senhoras D. Maria da Conceição e D. Maria Fernanda e da menina Maria do Carmo Matos Ribeiro e irmão do sr. Manuel da Silva Ribeiro.

O seu funeral, que se realizou da sua residência para a Igreja de Santo António dos Capuchos, onde teve missa de corpo presente e dali para o cemitério da Atouguia, teve a presença de elevado número de pessoas de todas as categorias sociais e representantes de instituições.

Os nossos sentimentos à família dorida.

Biblioteca Pública

Por motivo de férias, encontra-se encerrada durante o mês de Setembro, a Biblioteca Pública n.º 127 na Fundação Calouste Gulbenkian, instalada na Séde do Círculo de Arte e Recreio, ao Largo João Franco, desta cidade, reabrindo em 1 de Outubro próximo,

Instalações eléctricas

EM GERAL

Reparações

por pessoal especializado

J. MONTENEGRO, L.DA

Rua de S. Gonçalo, 1052 | 68
Rua de Alcobaça, 59 | 63
Telefone 42258 | 9

GUIMARAES

AMENDOIM DE ISRAEL

Grado

Saboroso

Nutritivo

Com amendoim de Israel mais

VITALIDADE

Menina

—com a frequência do 5.º ano da Escola Industrial e dactilografia, pretende emprego. Informa esta Redacção,

Desporto

FUTEBOL

Felicidades, Vitória!

Inicia-se, amanhã, o campeonato nacional de futebol da época de 1974-75, da primeira divisão.

Começa, pois, uma maratona difícil, na qual participam, como na época transacta, dezasseis clubes.

Após problemas levantados quanto ao número de equipas participantes, a solução veio na ocasião oportuna e da melhor maneira. A prova terá, pois, a presença das equipas que conquistaram esse direito, (não falamos no Académico, de Coimbra), lutando no campo em busca dos resultados capazes de o garantirem. E é no campo que esse direito ganha relevância.

O Académico... é um «caso»... infeliz.

O Vitória de Guimarães tem o seu lugar inconfundível, aliás compatível com uma tradição que é motivo de honra e orgulho para a nossa terra.

A luta, como sempre, será difícil, mas não faltam ao nosso brioso representante recursos para se impor e conquistar um bom lugar. Oxalá.

Para isso é necessário que a massa associativa colabore sempre, ajudando a direcção e estimulando técnico e jogadores. Os aplausos no campo são necessários, dentro dum clima de verdadeira ética e respeito por tudo e todos.

Assim será, estamos certos. Portanto, direcção, técnico, atletas e massa associativa, formemos todos um bloco coeso, unido, forte, uma realidade digna de Guimarães para honra e prestígio nosso e do glorioso Vitória, que precisa de todos nós, da nossa colaboração nos seus problemas administrativos, quando surgirem e do nosso aplauso nos campos, de estímulo e apoio, com civismo e dignidade.

* * *

No seu primeiro encontro no início da prova, o Vitória de frente, amanhã, no Estádio Municipal, o Espinho, primo-divisionário.

Tem interesse este encontro, já pela curiosidade de se conhecer a categoria do visitante, a iniciar estas «andanças» difíceis, já pela expectativa de se saber como é o Vitória da presente época.

A ver vamos.

Empate em Coimbra

No sábado em jogo amigável, o Vitória empatou com o Académico por 2-2.

Ao que sabemos, a equipa vimaranense fez agradável exibição.

O SABOR A CLORO É A
GARANTIA DA SEGU-
RANÇA DE UMA ÁGUA.

CHIEA NCC



Assente bem os pés nos números.

Deposite as suas economias
na CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS.
É terreno firme.

3% ao ano, nos depósitos à ordem até 50 contos.

7% ao ano, nos depósitos a prazo de 6 meses, renovável.

8% ao ano, nos depósitos a prazo de 9 meses, renovável.

8,5% ao ano, nos depósitos a prazo superior a 1 ano, renovável.

9,5% ao ano, para depósitos especiais de poupança.

Os juros dos depósitos estão isentos de quaisquer impostos.

Os depósitos beneficiam da garantia do Estado.

Estas são as vantagens. Mas ainda há outra: estamos ajudando Portugal a crescer!



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
INSTITUTO DE CRÉDITO DO ESTADO

MESA REDONDA



Conjuntura social

De saúde:

1. O sistema sanitário português é caracterizado pela segregação na prestação de cuidados médicos desdobrando-se por três sectores, que em vez de serem convergentes se entrecrocaram.

2. Os três sectores — assistência, previdência a medicina livre — geram por sua vez uma segunda contradição: os trabalhadores da saúde são vítimas e beneficiários do sistema que os conduz, por um lado, a alienação e frustração profissionais e, por outro, lhes possibilita apreciáveis benefícios económicos.

2.1. A assistência revela-se ineficaz pela deficiente rede

hospitalar e pelas carências em equipamento humano e material.

2.2. A previdência caracteriza-se fundamentalmente pelo baixo nível dos cuidados médicos fornecidos e está voltada, predominantemente, para um sistema do consumo de medicamentos, em prejuízo da observação médica dos doentes com vista à elaboração de um diagnóstico e terapêutica adequados.

3. A superação das contradições apontadas pode ser alcançada através de um Serviço Nacional de saúde definidor de um sistema sanitário único em que a previdência social se deve limitar a uma acção financiadora.

QUALIDADE DE SERVIÇOS

Oficina de Reparações Eléctricas em Automóveis e Bobinagem de Motores

Sulpício Ribeiro de Oliveira
Av. D. João IV — Telef. 42889
— GUIMARÃES —

GARAGEM VENDE-SE

— no Campo de S. Mamede, (Cano).

Falar com o empreiteiro José da Silva.

O Comércio DE GUIMARÃES

Propriedade de
H.ªs de M. Matilde C. F. Machado

Composto e impresso nas oficinas
de «O Comércio de Guimarães»